

EDUCAR E CIVILIZAR: UM PROJETO DAS ELITES LETRADAS
PARA O CEARÁ NO FINAL DO SÉCULO XIX

*EDUCATE AND CIVILIZAR: A PROJECT OF ELITES LETRADAS
FOR CEARÁ IN THE LATE 19TH CENTURY*

Manoel Carlos Fonseca de Alencar

Professor Ms. (FECLESC-UECE).

Resumo

Com este artigo, busco compreender o posicionamento dos intelectuais e a imprensa em geral diante da precariedade da educação no Ceará no final do século XIX. Entendo que eles possuíam uma visão preconceituosa do povo e por isso queriam com seus escritos, redimi-lo do estado de ignorância que acreditavam estar imerso.

Abstract

With this article, I try to comprehend the intellectuals' standing and the printing in general in front of Ceará's education precariousness in the last years of the 19th Century. I understand they held a harmful view about the people. Therefore they wanted, with their writings, to redeem them by the ignorance state that they believed had been immersed.

Até 30 ou 40 anos atrás, a capacidade de ler e contar eram privilégio de uma parcela mínima da população brasileira. O acesso à escola era muito limitado, sobretudo nas regiões mais atrasadas e nos locais mais distantes das cidades. Não era raro encontrar uma pessoa que sequer soubesse assinar o nome. Diante desse quadro, não eram, e ainda não são, raros os discursos que apontam a educação como a única saída para o país alcançar o tão sonhado progresso econômico e social. Se ainda hoje está em voga tomar a educação como panacéia para nossos males, imagine há mais de 100 anos, em que a precariedade do ensino e dos meios de comunicação eram patentes.

Este artigo visa à análise da atuação dos intelectuais, nos campos que dispunham, sobretudo a imprensa, diante da precariedade do sistema educacional no Ceará na segunda metade do século XIX. A literatura seria um dos instrumentos no sentido de instruir e educar o povo. Dessa forma, os letrados, através de suas produções, buscavam cumprir o papel de educadores e faziam de suas obras libelos em prol da salvação do povo do mar de ignorância e barbárie em que acreditavam o país estar imerso.

Ao avaliar a condição e atuação dos intelectuais no império e na república velha José Murilo de Carvalho afirma que estes eram como uma *ilha de letrados num mar de ignorantes*. A frase é, sem dúvida, paradigmática, quando nos deparamos com os dados e os depoimentos sobre o ensino do Ceará na segunda metade do século XIX. Segundo dados transcritos por Olinda, no governo de Pedro Leão Veloso (1881-1883), para uma população estimada de 750 mil pessoas, tínhamos apenas 209 escolas - 105 masculinas, 88 femininas, 16 mistas. (cf. OLINDA, 2004, p. 10-11).

Até 1759, a educação foi deixada a cargo dos jesuítas, que foram certamente os primeiros responsáveis pela instrução no período colonial. Com sua expulsão, o Ceará procurou suprir sua ausência com a instituição de um subsídio literário com o fito de incentivar as escolas primárias, que ensinavam a ler, escrever e contar. Apesar da boa intenção, a iniciativa pouco logrou êxito e a educação pública permaneceu caminhando sob bengalas. Não à toa, nossa intelectualidade foi toda ela formada, em princípio, por mestres particulares, seguindo a formação em escolas e universidades européias (CARVALHO, 1996)

Na instituição do ensino público, primeiro fruto de legislação nacional, na carta de Lei de 15 de outubro de 1827, além da excessiva res-

ponsabilidade dada ao presidente da província, destaca-se o artigo 15 no qual "as escolas erguidas pelos estatutos atuais que se não opuseram a presente lei, os castigos serão praticados pelo método Lancaster".

Copiado da França, o método Lancaster representa a saída encontrada pelas autoridades para alfabetizar o maior número possível de pessoas em curto prazo de tempo. Já que o mesmo funcionava como multiplicador¹ de pessoas capazes de ensinar a "ler, escrever e contar", isso entendido como educação primária². A adoção desse método e a sua permanência em outras leis voltadas para o ensino em Fortaleza evidenciam a preocupação das autoridades em aumentar de forma acelerada o número de pessoas instruídas na província, apesar das dificuldades.

A dificuldade da administração pública em efetivamente instituir a educação pública na província é observada pela distância de tempo entre a lei e sua aplicação. A Escola Normal foi criada temporariamente pela lei no 91, de outubro de 1837, se arrastou por algum tempo, e só foi efetivamente criada em 28 de dezembro de 1878. A importância da Escola Normal, como sabemos está em formar os profissionais de ensino, o que certamente contribuiria para o efeito multiplicador da educação.

152

Segundo Plácido Aderaldo Castelo, surge, no ano de 1844, no governo de José Maria Bittencourt, o primeiro e, na verdade, o mais importante ato no setor educacional, que daria novos rumos ao ensino provincial: a criação do Liceu. O Liceu parece ter sido realmente o maior empreendimento educacional da administração pública do século XIX.

Isso pode ser observado pelo número razoável de cadeiras criadas na província e no salário não tão irrisório recebido pelos professores, um alento à situação pintada pelo deputado José da Costa Barros em 1823:

A minha província há quatro anos que não tem um só mestre de latim: não é porque haja falta de mestres, mas porque não corresponde o pagamento; ele é tão mesquinho, que ninguém se afoita a ser mestre de gramática latina, nem mesmo de primeiras letras; e se algum se propõe a isso, é sempre um miserável como eu conheço, que anda embrulhado em timão grosso, que está carregado de filhos e que não sabe ler e nem escrever. (CASTELO, 1970, p. 46).

As más condições em que se encontrava o ensino no Ceará emergem de vários depoimentos de educadores e outros intelectuais preocupados com a educação na província. A abnegação de Dom Lino e sua

dificuldade em realizar a contento sua obra educacional são exemplos contundentes do estado de abandono em que se encontrava a nossa instrução. Em depoimento colhido por J. M. Sousa, Dom Lino diz:

Na falta de carteiras ou bancos inclinados para a escrita, fui obrigado a colocar as mesmas no meio da sala e fixar sobre elas os tinteiros, a fim de que os alunos pudessem escrever, mais comodamente. Como, porém, essas mesas, apesar de ocuparem grande parte da sala, não podiam admitir todos os alunos, ao mesmo tempo, ficavam estes na contingência de esperar, uns pelos outros, resultando daí um tal ou qual simultaneidade de distribuição dos trabalhos. Os alunos que chegavam primeiro e achavam ainda um lugar vago nas mesas passavam escrever, enquanto os outros que iam chegando, posteriormente, eram obrigados, para não perderem tempo, a ocupar-se com o processo da leitura... (Apud OLINDA, 2004, p. 47)

A atenção a educação moral é outro elemento que compõe a ideologia da época, e é parte de uma percepção generalizada de parte das elites de que o país encontra-se mergulhado em costumes dissolutos.

Nas instruções de 10 de julho de 1853 vale notar o artigo 58, que diz que os professores "*cuidarão não só da educação intelectual de seus discípulos, fazendo-lhes cultivar a memória e a inteligência como a educação moral que é verdadeiro ensino, formando o coração e dirigindo-lhe os sentimentos*". (Apud CASTELO, 1970, p. 108)

Apesar do caudal de idéias novas que povoavam a província procurando antená-la com ideais modernos, positivos e laicos, nossas elites letradas não deixaram de enxergar a importância da educação moral e religiosa na formação do povo. Isso é parte de uma compreensão generalizada de que não bastava o conhecimento intelectual ou informativo para incutir no povo bons hábitos, costumes e disciplina. Nesse sentido, escreveu Ercília Braga:

A modernidade dos professores primários jamais deixou de vincular instrução e formação religiosa e de depositar na escola as esperanças e o futuro da sociedade pela possibilidade que esta tinha de não apenas instruir, mas também de educar. Esse último conceito englobava os aspectos intelectual, religioso, moral e cívico (OLINDA, 2004, p. 51).

A partir disso, podemos compreender os instrumentos de punição, ou disciplinadores, associados ao ato de educar, pois não bastava apenas instruir, mas levar os alunos pelo caminho da moral e dos bons hábitos. E isso só era possível, como acreditavam nossos educadores, através de corretivos disciplinares contundentes. O depoimento de João Brígido é muito revelador dessa postura.

A escola era frequentemente um ambiente desagradável, que metia medo à criança: imperavam os mais absurdos métodos pedagógicos. A crueldade - peculiar aos homens de governo, estava associada à idéia de ensino. Esse ponto de vista começava no próprio lar, onde os pais seveciavam os filhos a chicote. Quando o mestre na escola, como segundo pai, recorriam aos processos violentos para corrigir a coleção de monstrosinhos enfileirados nos bancos, contava com a aprovação tácita e completa da família

A palmatória era o castigo usual. O número de bolos variava numa escala escandalosa, matizando enormemente as possibilidades dos castigos... Nos casos mais difíceis, quando o mestre julgava tais penas insuficientes para a falta cometida, punia a nu as nádegas do paciente de quatro pés, flagelando-as a chicote (Apud OLINDA, 2004, p. 20).

154

Como vemos, educar está associado à ideia de controle social e disciplinamento. As escolas, na modernidade nascente, cumpriram o almejado papel de controlar e disciplinar as populações urbanas, sobretudo aquelas que se apresentavam como incômodo à produtividade capitalista.

Esse aspecto torna-se mais visível quando tomamos a lei 1759, de 5 de agosto de 1856, que autoriza a criação de uma Casa de Educando, para o recolhimento de meninos órfãos e desvalidos, maiores de 7 e menores de 18 anos. Além da leitura, escrita, contabilidade, música instrumental etc, a lei almejava ensinar a esses meninos um ofício. Podemos destacar da lei as normas severas de ensino. Os horários de levantar, estudar, orar e até permanecer em silêncio entre meio-dia e 13:00 horas são rigorosamente estabelecidos. Eram escolhidos decuriões responsáveis por inspecionar os outros alunos, que não podiam deixar o estabelecimento, a não ser com seus mestres: "Quanto à disciplina: os educandos são obrigados a cumprir, com respeito e obediência" (Apud CASTELO, 1970, p. 178).

Dessas normas podemos apreender facilmente duas preocupações das autoridades: uma era limpar as ruas dos pobres, órfãos e desvalidos, internando-os em estabelecimentos que os educassem e disciplinassem; outra é adestrar esses meninos para o trabalho, ou melhor, torná-los produtivos. As normas rígidas funcionam como corretivo para essas crianças pobres que, como acreditavam as elites, estavam impregnadas de costumes dissolutos e degenerados, tornando-se, certamente, um perigo para a sociedade disciplinar que almejavam instaurar.

Moses Pechman mostrou que no Rio de Janeiro, a vinda da família Real tornou mais intensa a ingerência das autoridades sobre o cotidiano da cidade, policiando hábitos e costumes. Os mecanismos utilizados para polir (controle) eram desde a presença das autoridades policiais até crônicas em jornais e manuais de bons hábitos e tons. Tais policiamentos sobre os costumes certamente se espalharam pelas províncias, uma vez que a capital do Império, sede da Corte portuguesa, funcionava como luz a irradiar outras cidades. O autor também nos mostra o tratamento diferenciado dado às classes sociais. Aos pobres, vagabundos e ociosos imperava a prática da perseguição, das prisões e internamentos, às camadas abastadas recomendava-se manuais de bom tom e civilidade, sem esquecer a educação rígida e severa (PECHMAN, 1999).

O quadro acima pintado nos ajuda a entender a necessidade da intelectualidade cearense em contribuir, através de suas obras, com a elevação do nível de instrução da província. Podemos, então, dizer que diante da precariedade do ensino na província, os intelectuais se utilizam da imprensa como instrumento educativo e formativo. Ela seria o principal mecanismo para levar instrução ao povo. Nesse sentido, é comum encontrar nos jornais referências ao papel de educadores ou formadores dos letrados, assim como uma denúncia à precariedade tanto do sistema de ensino da província como do estado pouco adiantado da imprensa (FERNANDES, 2006, p. 18-61).

Impregnados de um pensamento cientificista³, a intelectualidade finissecular, acreditava que o saber, sobretudo o informado pela ciência, fosse capaz de redimir o Brasil de um passado imerso nas trevas do obscurantismo, associado ao pensamento católico e à estrutura política e social vigente, no caso, a monarquia escravista. Como vemos, entre essa intelectualidade associa-se a militância política e a ideologia da transformação social a partir do conhecimento letrado (OLIVEIRA, 1998).

É exatamente essa postura que levará a intelectualidade a se colocar no papel de arautos do saber, donos da verdade, e utilizar os mecanis-

mos que estavam à sua disposição para propagar a luz do saber, redimir o povo ignorante e colocar o Brasil nos trilhos do progresso e da civilização. Vale lembrar que a Revolução Francesa foi a grande inspiradora dessa intelectualidade, pois, como pensavam, foi o resultado da intervenção consciente do povo com participação ativa dos intelectuais, colocando abaixo o Antigo Regime e tornando a França um referencial de progresso e civilização.

A principal trincheira desses intelectuais, combatentes da verdade, mosqueteiros letrados, no dizer de Nicolau Sevcenko, era a literatura⁴ (SEVCENKO, 1995). O período que Dolor Barreira chamou de efervescência literária no Ceará nos mostra que cresceu substancialmente o número de periódicos que circulavam em Fortaleza. Para além da imprensa político-partidária⁵, circulavam na província uma porção de jornalecos, chamados de pasquins, que se pretendiam moralizadores dos costumes. Essa tarefa moralizadora está presente em praticamente toda a literatura, seja ela jornalística, romanesca ou científica. Aderaldo Castelo ao tratar da história do ensino no Ceará, nos mostra o quanto os projetos de fomento do ensino no Ceará estiveram associados à intenção da elite letrada de educar moralizando, não apenas as elites, mas sobretudo o povo.

156

O primeiro jornal cearense de cunho científico e cultural foi *A Fraternidade*. Sendo o órgão de divulgação da Academia Francesa, o período carrega a marca do pensamento cientificista da elite letrada e de seu engajamento em prol do progresso da província. Um dos traços importantes de seu programa era a instituição do ensino laico. Informados pelos pensadores positivistas e evolucionistas europeus, seus membros professavam a ideia de que o ensino exclusivamente religioso atrasava o progresso e desviava o país do rumo trilhado pelos países civilizados da Europa. Eles acreditavam que era necessário estimular o ensino das ciências, dos ofícios e das letras, já que esses eram importantes para o progresso do país, no rumo de uma sociedade industrial e urbana.

A preocupação com a educação é notável em sua iniciativa de fundar uma escola noturna voltada para a educação do povo, denominada Escola Popular. Aberta ao público, a escola promovia conferências abrangendo os mais diversificados temas. É também de iniciativa dos intelectuais a fundação dos Gabinetes de Leitura, outra iniciativa em prol da elevação do nível de instrução da província.

Depois da iniciativa pioneira da Academia Francesa, muitos Gabinetes foram fundados no interior do Ceará. Além, claro, de ser um espaço de consulta e de leitura, os Gabinetes também procuravam promover

palestras noturnas. O sentido dessa ação: educar e instruir o povo. A prática de promover escolas noturnas onde os intelectuais versavam sobre os mais variados assuntos se tornou comum entre os grupos de letrados. A *Quinzena*, de propriedade do Club Literário, também adotou essa prática. Outros pequenos grupos foram no mesmo caminho.

A literatura romanesca ou ficcional procurava também cumprir um papel educativo. Adolfo caminha em suas "Cartas Literárias" brada contra os escritores diletantes que não tinham em conta a função formadora e civilizadora da literatura.

A nossa geração continua a fazer literatura por simples diletantismo, sem ideal definido e civilizador, produzindo no mais das vezes um estilo pobre e defeituoso, autores estrangeiros, cujos livros têm, para nós indígenas dessas zonas americanas o valor inestimável de fábulas predianas, ainda mesmo que nada valham de verdade (CAMINHA, 1895, p. 4).

Como vemos, essa geração de escritores, informada pelo pensamento científico, procurava fazer de suas obras libelos em sua jornada de combate a ignorância, que acreditavam reinar na província. A própria ideia de romance de costumes, característica do naturalismo, evidencia a função moralizadora que os escritores atribuíam às suas obras: denunciar para reformar. Adolfo Caminha e outros literatos que abraçaram o naturalismo⁶ – atribuíam um valor documental às suas obras, fazendo delas libelo em prol da reforma do país.

Dessa forma, o provincianismo, o esnobismo burguês, a ignorância da elite, o arrivismo, a civilização de fachada abraçada por nossas elites, a má educação, a roubalheira política etc. são alvos da pena ferina de Adolfo Caminha. No seu romance "A Normalista", o que vemos é um escritor comprometido com um ideário civilizador que acreditava não estar presente na sociedade conservadora e chinfrim de Fortaleza. Comungando com outros intelectuais a ideia de uma República das Letras, professavam ser o saber e o letramento os elementos basilares da república que almejavam (CARDOSO, 2000). A crença no papel do saber e da educação como veículo para redimir os males do país se multiplica nos jornais letrados. Oliveira Paiva escreveu na *Quinzena*:

Nada é tão capaz de fomentar o patriotismo e acender os brios de uma nação como a literatura. O livro acompanha o indivíduo onde

quer que ele vá. Custa-lhe barato. Que mais? Deve ser uma arma para o povo cearense. Esta é a ideia do Club Literário: - O LIVRO E A PALAVRA EM AÇÃO -. É por isso que tendo iniciado a publicação d'A Quinzena, vai inaugurar brevemente as sua conferências; e assim iremos derrocando, de bastilha em bastilha, a tirania da ignorância – indigna e baixa até para os animais. Que o povo não seja rebelde à voz dos seus melhores amigos; que a sociedade cearense corra a ouvir as palavras sinceras arrancadas à parte mais nobre da nossa alma; que a província lembre-se de que é feita para um futuro de glórias e bem-estar; que os cearenses, cada um de per si, busquem em si mesmo a intuição de que o homem nasceu para a doce alegria do bem, o que só se consegue pela cultura de si próprio (A quinzena, 31 de julho de 1887).

O jornal A Quinzena está marcado por um notável otimismo de seus membros quanto ao seu papel na jornada do Brasil junto ao progresso e a civilização. Tendo circulado três anos depois de o Ceará abolir precocemente a escravidão, tratou de exaltar os feitos do povo cearense, acima de tudo de sua intelectualidade, na luta contra o obscurantismo do cativo. Daí o Ceará ser conhecido como TERRA DA LUZ. E a literatura – ou melhor, o saber letrado –, pensavam, tinha cumprido um papel fundamental nesse processo.

158

Muito ilustrativo dessa *estrutura de sentimentos* presente entre os intelectuais do final do século XIX com respeito ao seu papel de condutores do povo rumo ao progresso material e intelectual da província, é a postura dos membros da Padaria Espiritual. O jornal *O pão* propunha contribuir com o melhoramento moral e intelectual da província através de várias iniciativas: campanha para o aumento do acervo da Biblioteca Pública, denúncia dos espaços da cidade que representavam sociabilidades não-condizentes com a civilização e a promoção de atividades letradas educativas que mostrem a importância do saber e do letramento. Apesar do sarcasmo e humor que fervilhavam nas páginas d'O Pão, seus membros viam em suas ações seriedade e compromisso. É ainda Adolfo Caminha, no seu artigo quinzenal intitulado "Sabatina", que ataca impiedosamente a burguesia local por esta não compreender os altos intentos dos letrados e de os ter perseguido; eles que eram... (...) *os argonautas intrépidos, revolucionários, amigos da verdade* (...).

Porque, convençam-se os que vêm tudo - céus e terra - pelo prisma falso do interesse pessoal e do preconceito, si a humanidade

ainda sofre e geme, a culpa é dela, da Burguesia, esse flagelo de todas as grandes virtudes, esse algoz da estética e do bom gosto, cujas aspirações, em suma, resumem-se n'este preceito ignobil: - encher bem a pança e ganhar dinheiro (O Pão... da Padaria Espiritual. 6 de novembro de 1892).

Como já colocado acima, nossas elites letradas se preocupavam em educar e civilizar não apenas o povo, mas as próprias famílias de cabedais que não compreendiam o papel do saber e da educação para o progresso do país. Contudo, a políticas e as ações voltadas às diferentes classes eram bem diferentes.

A necessidade de instruir e educar o povo era também tônica dos discursos dos próprios operários em seus jornais. Adelaide Gonçalves demonstrou que na imprensa operária era pauta de discussão a necessidade da instrução e educação para os trabalhadores, visando a "*elevação social, intelectual e moral*" dos mesmos. Compartilhando com a imprensa liberal a ideia de instrução como instrumento responsável pelo progresso material e espiritual da província, a imprensa operária veiculou artigos criticando o abandono da instrução pública, a necessidade de melhoramento da Biblioteca Pública, como também a compreensão da imprensa como importante mecanismo de educação e instrução do povo; fundavam seus gabinetes de leitura e promoviam palestras abertas ao povo. Transcrevo aqui trecho do Jornal *O Colossal*, citado por Adelaide Gonçalves:

A instrução é tão necessária para ilustrar nosso espírito, como o alimento é indispensável para o sustentáculo do corpo. Onde não há instrução é morta a civilização; não tem possibilidade de progresso algum, quer moral, quer material.

A chave que abre uma escola de instrução educativa, é a mesma que fecha um cárcere, onde só resulta o crime em suas múltiplas formas.

Não pode ser sociável um povo que vegeta à sombra da ignorância e do indiferentismo.

O homem a quem falece a instrução, em olhos que não vêem e ouvidos que não ouvem, porque esses, como aqueles, se acham cerrado pela mão férrea da ignorância.

Se um país se diz adiantado no mapa das nações cultas, é porque nele penetrou a civilização por meio da instrução e do estudo (Apud GONÇALVES, 2006, p. 61).

O discurso que associa educação e trabalho como elementos de regeneração social também está presente no discurso da imprensa operária. Há uma sensível preocupação por parte dos partidos operários em serem bem vistos pelas classes elevadas e desfazer a visão negativa sobre as classes pobres. No jornal *O Operário*, vemos:

O trabalho e a educação são os caminhos por onde deve se guiar o operário. Do trabalho vem a força, a musculatura que az desaparecer a indolência e a morosidade. Da educação nasce o bem estar da família, a economia e o crédito que são a única felicidade do homem pobre. Do trabalho resulta o desenvolvimento das artes e da indústria (...) e a educação é que prepara os homens para todas as investigações (...) Assim, pois, artistas, trabalhai para vossa educação, certos de que dela resultará vosso futuro, da vossa família e da vossa pátria.

"O operário não é um animal irracional que apenas se deva contentar com o alimento; é preciso ter conforto para as lutas, mas o conforto emanado da educação de que até então estão arredados. Trabalhar não é o bastante; é preciso produzir, e para produzir é preciso estudar e aprender. Sem recursos para alcançar esse fim, o operário deve buscá-lo na união da família, no estudo das coisas e na compreensão do grande livro a que chamamos mundo (Apud GONÇALVES, 2006, p. 69).

160

A inserção mais efetiva do Brasil na sociedade capitalista, industrial e urbana, na segunda metade do século XIX, exigia a mudança da estrutura e do imaginário social que adequassem o país ao *ethos* burguês em pleno desenvolvimento. A educação e o trabalho como elementos moralizantes e regeneradores compõem certamente uma estrutura de sentimento presente nos mais amplos setores de nossa sociedade. A influência das correntes iluministas européias justificava a atitude, muitas vezes arbitrária, de intervir na sociedade procurando discipliná-la e educá-la segundo os padrões civilizados e burgueses.

A própria noção de "civilização" – tão propalada por esses letrados – sempre foi uma forma de, historicamente, os europeus se colocarem como superiores aos povos colonizados, qualificando-os como inferiores e bárbaros, justificando com isso todo um passado de intervenções, abuso de poder, massacre de outras culturas, saques etc. (ELIAS, 1994). Sem fugir ao binômio "civilização e progresso", era muito difícil conceber caminhos alternativos aos impostos pelas metrópoles. Em nome

deste mesmo binômio os próprios nacionais continuaram, mesmo depois da independência, a perpetuar uma história de preconceitos, desmandos e chacinas contra as populações negras, indígenas, mestiças e pobres do Brasil.

Bibliografia e Fontes

A Fraternidade. Fortaleza, Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel, rolo 151.

ALENCAR, Manoel Carlos Fonseca de. *Adolfo Caminha e Rodolfo Teófilo: a cidade e o campo na literatura naturalista cearense*. Dissertação de Mestrado: UFC-CE, 2003.

A Quinzena. Fortaleza: Academia Cearense de Letras/Banco do Nordeste do Brasil, edição fac-similar, 1984.

BARREIRA, Dolor. *História da literatura cearense*. Fortaleza: Editora do Instituto do Ceará, 1986. Edição fac-similar.

CAMINHA, Adolfo. *Cartas Literárias*. Rio de Janeiro, Typografia moderna, 1895.

_____. *A Normalista*. Fortaleza: ABC, 1999.

CARDOSO, Gleudson Passos. *As Repúblicas das Letras Cearenses: literatura, imprensa e política (1873-1904)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, PUC, 2000.

CARVALHO, José Murilo. *A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/Relume-Dumará, 1996.

CASTELO, Plácido Aderaldo. *História do Ensino no Ceará*. Fortaleza: Imprensa Oficial, 1970, coleção Instituto do Ceará.

ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

FERNANDES, Ana Carla Maria. *A imprensa em pauta: jornais Pedro II, Cearense e Constituição*. Fortaleza: Museu do Ceará/ Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2006.

GONÇALVES, Adelaide. *Muitos Typos na educação para os pobres: imprensa e instrução no Ceará de fins do século XIX aos anos 1920*. In: Documentos. Revista do Arquivo Público do Ceará: História e Educação nº 2. Fortaleza: Arquivo Público do Estado do Ceará, 2006).

OLINDA, Ercília Braga de. *Tinta, Papel e Palmatória: a escola no Ceará no século XIX*. Fortaleza: Museu do Ceará/ Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2004.

OLIVEIRA, Almir Leal de. *Saber e Poder: o pensamento social cearense no final do século XIX*. Dissertação de Mestrado: PUC-SP, 1998.

O Pão... da Padaria Espiritual. Fortaleza : Edições UFC/ Academia Cearense de Letras/ Prefeitura Municipal de Fortaleza, 1982. Edição fac-similar.

PECHMAN, Robert Moses. *Cidades estreitamente vigiadas: o detetive e o urbanista*. Tese de doutorado: IFCH- Campinas, 1999.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na primeira república*. (4a ed.) São Paulo: Brasiliense, 1995.

SILVA, Marco Aurélio Ferreira da. Uma Fortaleza de Risos e Molecagem. In: SOUZA, Simone de e NEVES, Frederico Castro (orgs.). *Comportamentos*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

162 Notas

- ¹ Método Lancaster é "o sistema de ensino, em que os meninos comunicam uns aos outros os ensinamentos recebidos do mestre, fazendo o adiantamento pelo estímulo e emulação. O sistema mútuo é o sistema das escolas excessivamente concorridas. Os meninos se dividem, ordinariamente, em oito ou dez seções, podendo ainda subdividir essas seções, se for necessário. Os alunos mais adiantados, a quem se dá o nome geral de monitores ou instrutores, ensinam as seções em lugar dos mestres, enquanto estes cuidam da ordem e vigilância moral. É mister, porém, que antes ou depois da classe, recebam esses funcionários a lição direta do mestre, para instruírem e se porem em condições de instruir os demais" (CASTELO, 1970, p. 50).
- ² "Mesmo na França, o sistema lancasteriano, ou 'monitorial sistem', vigorou até 1867, quando acabaram por abalar profundamente a ordem social e delegar às crianças um poder que só poderia ser conferido aos homens feitos" (CASTELO, 1970, p. 50).
- ³ Chamo cientificismo, pois abrange o conjunto de correntes de pensamento que estavam presente entre os intelectuais do final do século. Apesar de suas diferenças, erigiam a ciência e o pensamento científico

como capaz de dar as respostas para os problemas da humanidade (cf. ALENCAR, 2003)

- ⁴ Entendo que literatura não se refere apenas a obras de cunho ficcional, mas um conjunto amplos de discursos que no final do século XIX procuram narrar a experiência brasileira.
- ⁵ Dolor Barreira chama a atenção para o surgimento de vários pequenos jornais na década de 1870 que se pretendiam se diferenciar dos jornais político-partidários, muitos se dizendo científicos e literários, outros se auto-intitulando de moralizadores dos costumes. Vemos aí o processo de formação de um campo de saber que se julgava independente, procurando elevar a ciência e a literatura ao patamar da verdade, longe das parcialidades dos jornais políticos (cf. BARREIRA, 1986). A respeito do papel controlador desses jornais, particularmente de pasquins que pretendiam disciplinar através do riso, ver Silva (2002).
- ⁶ O naturalismo para essa geração representava os preceitos da ciência presentes na literatura ficcional. Eles procuravam desvendar a verdade a partir de seus romances.